

▶ **O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGROALIMENTARES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE E A TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS ALIMENTARES.**

CONTRIBUIÇÃO DO IICA À CSAA 2021

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2021.



Do comércio internacional de produtos agroalimentares da América Latina e do Caribe e a transformação dos sistemas alimentares o IICA está publicado sob licença Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>)

O IICA promove o uso adequado deste material. Solicita-se que seja citado apropriadamente, quando for o caso.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) na página institucional: <http://www.iica.int>

Autor: Daniel Rodríguez Sáenz, Gerente do Programa de Comércio Internacional e Integração Regional, Eduardo Bianchi, Consultor do IICA. Adriana Campos, Especialista em Programa de Comércio Integração Internacional e Regional do IICA

Coordenação editorial: Hugo Chavarria, Juan Fernando Martínez y Eduardo Trigo

Tradução: Máximo Araya

Edição mecânica: Olga Patricia Arce

Diagramação: Nadia Cassullo

Leiaute da capa: Nadia Cassullo

Impresão: Editora IICA.

Do comércio internacional de produtos agroalimentares da América Latina e do Caribe e a transformação dos sistemas alimentares / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. – São José, C.R.: IICA, 2021.
31 p.; 21x16 cm.

ISBN: 978-92-9248-944-1

Publicado também em espanhol e inglês

1. Comércio internacional 2. Desenvolvimento sustentável
3. Segurança alimentar 4. Desenvolvimento Rural 5. Nível de vida
6. Inovação 7. Prosperidade rural 8. Integração regional
I. Rodríguez Sáenz, Daniel II. Bianchi, Eduardo III. Campos, Adriana IV. IICA V. Título

AGRIS
E71

DEWEY
382.0980729

Sumário

■	Lista de siglas	4
1	Apresentação	4
2	Resumo	5
3	Introdução	7
4	O papel do comércio internacional nos sistemas alimentares	8
5	A importância do comércio agroalimentar para a ALC	10
6	A ALC precisa fortalecer o multilateralismo e aproveitar melhor as oportunidades dos acordos comerciais e dos processos de integração regional	12
7	Medidas de política comercial que contribuem para transformar os sistemas alimentares	15
8	Conclusão	23
9	Bibliografía	24

Lista de siglas

ALC	América Latina e o Caribe
ACP	Acordos comerciais preferenciais
AMUMAS	Acordos multilaterais sobre o meio ambiente
CDB	Convênio sobre a Diversidade Biológica
CIPV	Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais
CM12	Décima Segunda Conferência Ministerial da OMC
CNULD	Convenção das Nações Unidas no Combate à Desertificação
COVID-19	Doença por coronavírus 2019
MSF	Medidas sanitárias e fitossanitárias
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIE	Organização Mundial de Sanidade Animal
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTC	Obstáculos técnicos ao comércio
PIB	Produto interno bruto

1

Apresentação

Este documento, intitulado “O comércio internacional de produtos agroalimentares da América Latina e do Caribe e a transformação dos sistemas alimentares”, pretende ser um instrumento de reflexão e análise voltado às audiências globais e regionais que podem influenciar no fortalecimento e na transformação dos sistemas alimentares da América Latina e do Caribe (ALC), como os governos nacionais e entidades regionais, os organismos de cooperação internacional, as agências de desenvolvimento, o banco multilateral e doadores, entre outros.

Este material faz parte do processo de diálogos e de construção de propostas de ação que está sendo liderado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) na região, voltado para a Cúpula sobre os Sistemas Alimentares que será realizada este ano.

O documento contou com valiosas contribuições de diversas pessoas nas diferentes etapas de seu desenvolvimento. Gostaríamos de reconhecer os colaboradores deste material pelo tempo e conhecimentos aportados no conteúdo deste.

Agradecemos as contribuições feitas nas etapas iniciais de discussão do conteúdo do documento aos especialistas do IICA: Fernando Aramayo, Margarita Baquero, Alexandra Chávez, Hugo Chavarría, Fernando Conde, Edgar Cruz, Jean Charles le Valle, Eugenia Salazar e Santiago Vélez; bem como aos membros do grupo de assessores e consultores permanentes do Programa de Comércio Internacional e Integração Regional: Rosario Campos, Adriana García, Félix Peña, Martín Piñeiro, Osvaldo Rosales e Claudio Sabsay; entre outras pessoas mencionadas posteriormente nesta seção.

Além disso, agradecemos os comentários e feedback de Joaquín Arias (IICA) e Valeria Piñeiro (IFPRI), bem como, a Anabel González (consultora do IICA), na seção ALC precisa fortalecer o multilateralismo e aproveitar melhor as oportunidades dos acordos comerciais e dos processos de integração regional; aos especialistas técnicos do IICA, Ana Marisa Cordero, Eric Bolaños, Alejandra Díaz, Horrys Friaca e Jaime Romero, por suas contribuições na seção Instrumentos de medidas sanitárias, fitossanitárias e de qualidade respaldadas cientificamente e harmonizadas internacionalmente; e a Kelly Witkowski e Karen Montiel, do IICA, bem como, a Sabine Papendieck (consultora do IICA), na seção Promoção de uma política comercial em consonância com os objetivos ambientais.

Finalmente, agradecemos às mais de oitenta pessoas que participaram do Diálogo independente da cúpula “Abordagem Uma saúde e comércio internacional: Elementos básicos para a transformação dos sistemas alimentares”, organizado pelo IICA em 14 de maio, as contribuições geradas nesse encontro foram de grande utilidade para validar e enriquecer este documento.

2

Resumo executivo

O sistema alimentar mundial foi capaz de aumentar a produção para alimentar a uma população mundial em rápido crescimento. Em relação a 1960, a população duplicou, enquanto a produção de alimentos foi triplicada (OCDE, 2021). Embora isso tenha resultado de um considerável aumento na produtividade, o comércio internacional desempenhou um papel importante no acesso e na disponibilidade de alimentos.

Nesse contexto, as exportações do setor agroalimentar da América Latina e do Caribe (ALC) representam cerca de 14% das exportações de produtos agroalimentares do mundo e um quarto das exportações totais da região. Apesar de sua importância e do papel que desempenha, o comércio agroalimentar da região não está isento de desafios. É importante destacar que 86% das exportações agroalimentares da ALC se concentram em mercados externos, e que 51% do valor dessas exportações se concentram em 10 produtos.



Essa situação propõe a necessidade da região de diversificar as diretrizes de produção e os destinos do comércio, mas, ao mesmo tempo, apresenta a oportunidade de aumentar sua presença nos mercados internacionais e regionais, bem como de contribuir para o suprimento de alimentos saudáveis, nutritivos, inócuos e produzidos sob uma adequada gestão ambiental.

Para potencializar o papel estratégico do comércio agrícola da ALC no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e na promoção das cadeias regionais e globais, são propostas quatro medidas fundamentais:

- a.** Promover a renovação do sistema multilateral de comércio. Para isso, os países da região podem participar ativamente da Décima Segunda Conferência Ministerial (CM12) da Organização Mundial do Comércio (OMC), uma vez que é um espaço onde se podem resolver temas básicos para desenvolver seu potencial produtivo e comercial. Entre os temas, destacam-se: o acesso aos mercados, a liberalização do comércio de produtos agrícolas e a redução das ajudas internas que distorcem o comércio.
- b.** Empenhar esforços para intensificar o aproveitamento dos mais de 140 acordos comerciais preferenciais (ACP) assinados nas duas últimas décadas, além de dar continuidade aos processos de integração comercial regional.
- c.** Promover medidas que potencializem a contribuição do comércio internacional agroalimentar para a transformação dos sistemas alimentares. Entre as medidas, destacam-se aquelas que: promovem a liberalização do comércio, facilitam o comércio, favorecem a sanidade, a inocuidade e a qualidade e que favorecem o cumprimento dos objetivos, das regras, das leis e dos acordos ambientais.
- d.** Fortalecer os programas nacionais de promoção comercial para facilitar o aproveitamento das oportunidades comerciais, especialmente por parte das empresas e organizações de produtores de pequeno e médio porte.

3

Introdução

Atualmente existe um amplo consenso em orientar os esforços para a sustentabilidade dos sistemas alimentares² como uma das condições necessárias para garantir a segurança alimentar e nutricional ao longo do tempo (IICA, 2020^a). Para isso, devem ser gerados serviços econômicos, sociais e ecossistêmicos que permitam melhorar os meios de vida e o acesso de alimentos saudáveis e nutritivos para toda a população.

O parágrafo 68 da Agenda 2030 ressalta: “O comércio internacional promove o crescimento inclusivo e a redução da pobreza e contribui para fomentar o desenvolvimento sustentável” (Nações Unidas, 2015). Neste sentido, precisamente a Cúpula sobre os Sistemas Alimentares das Nações Unidas constitui uma nova oportunidade de voltar a discutir a importância de dar continuidade à promoção de um sistema multilateral de comércio universal baseado em normas, aberto, transparente, previsível, inclusivo, não discriminatório e equitativo. É também a oportunidade para ressaltar como a ALC está posicionada para contribuir para a segurança alimentar global, com a produção de alimentos ambientalmente eficientes, a sustentabilidade ambiental global e a biodiversidade. Além disso, a região pode contribuir para a superação e a recuperação econômica frente à pandemia de COVID-19, a qual não só representa um distúrbio sem precedentes ao comércio internacional, devido a suas repercussões na contração da produção, dos fluxos comerciais e do consumo em todo o mundo, mas também representa um novo desafio para o cumprimento e os prazos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Neste documento, é analisado o papel do comércio internacional nos sistemas alimentares², com ênfase no comércio agroalimentar da ALC³. Além disso, propõe a necessidade de fortalecer o multilateralismo e aproveitar melhor as oportunidades dos acordos comerciais e dos processos de integração regional. Finalmente, inclui um conjunto de medidas de políticas comerciais que podem contribuir para a transformação dos sistemas alimentares nacionais e para o cumprimento dos objetivos da Cúpula.

(2) Um sistema alimentar é a soma dos diversos elementos, atividades e atores que, mediante suas interrelações, possibilitam a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos. Abarca desde a gestão dos recursos naturais e a biodiversidade até a gestão das perdas e desperdícios de alimentos (FAO 2017).

(3) Capítulos 1 a 24 do sistema harmonizado, mais algodão sem cardar ou pentear.

4

O papel do comércio internacional nos sistemas alimentares

Apesar dos questionamentos e desafios enfrentados atualmente pelo sistema alimentar mundial, como indicado em OCDE (2021), ele foi capaz de aumentar a produção para alimentar a uma população mundial em rápido crescimento, a qual duplicou em relação às cifras de 1960, enquanto a produção de alimentos triplicou. Embora isso tenha resultado de um considerável aumento na produtividade, o comércio internacional, desempenhou um papel importante no acesso e na disponibilidade de alimentos. Com dados de 2018, e conforme a nova metodologia de cálculo de balança de alimentos, foi possível determinar que 35% do consumo de alimentos no mundo é importado.⁴ Além disso, nos últimos 40 anos, a proporção de alimentos, medidos em calorias, que cruzam uma fronteira internacional aumentou de 12% para mais de 19% (Martin *et al*, 2018). Além disso, o comércio internacional também contribui para o uso mais eficiente dos recursos naturais. Segundo estimativas de Hoekstra (2010), quando a quantidade de água utilizada para a produção agrícola mundial é comparada com a quantidade de água que seria necessária para produzir a mesma quantidade de produtos, se não houvesse um comércio internacional, ou seja, apenas de maneira doméstica, o comércio internacional reduziria o uso da água na agricultura em 5%.

Um dos resultados do aumento da produção agroalimentar e da globalização das diretrizes do consumo foi que a dieta mundial está dominada por poucos produtos que são fontes naturais de calorias. Em relação ao consumo médio de calorias diárias, 65% provêm de grãos, açúcares e gorduras; 11% de frutas e vegetais; 9% de carnes; 8% de laticínios e ovos; e os 6% restantes, de outros grupos de alimentos (National Geographic's Future of Food, s.d.). No âmbito da Cúpula, foi proposta a relevância de alcançar não só o acesso e a disponibilidade de alimentos, mas que estes venham acompanhados de diretrizes de consumo mais compatíveis com a saúde humana e com a sustentabilidade ambiental. Como se pode observar, a produção agrícola continua a ser um elo imprescindível e central em todos os sistemas alimentares; sem ela, não há segurança alimentar. Somente um enfoque sistêmico que reconheça o papel central e as contribuições da agricultura aos ODS permitirá alcançar avanços em seu cumprimento (Arias, 2017).

(4) A análise foi realizada pelo Centro de Análise Estratégica para a Agricultura (CAESPA) do IICA, com dados da FAOSTAT, consultada em 19 de março de 2021.

Nesse âmbito, o comércio internacional tem um papel importante na transformação dos sistemas alimentares nacionais, uma vez que os conecta entre si e ajuda a constituir um sistema alimentar global mais sustentável. Ao contribuir para balancear os déficits e superávits alimentares entre os países, o comércio internacional cumpre com pelo menos sete papéis ou funções fundamentais:

- 1) Redistribui a produção de alimentos, o que permite aumentar a quantidade e a qualidade de produtos em todas as regiões, assim consolidando a segurança alimentar e nutricional em escala global.
- 2) Aumenta a variedade dos alimentos disponíveis, o que expande a esfera de seleção dos consumidores e contribui para diversificar suas dietas.
- 3) Melhora o acesso econômico das populações mais vulneráveis aos alimentos, ao atuar como estabilizador de preços.
- 4) Ajuda a combater a fome e a má-nutrição.
- 5) Contribui para o consumo de alimentos seguros, pelo uso de padrões sanitários na produção interna e nos sistemas de distribuição.
- 6) Cria oportunidades para melhorar a produtividade agrícola e aumentar a receita dos agricultores. Dessa maneira, constitui-se em um poderoso mecanismo para a divulgação de tecnologias e de melhores práticas.
- 7) A movimentação de alimentos das regiões superavitárias para as deficitárias favorece a atribuição eficiente dos recursos globais, inclusive os naturais. Assim contribui para a mitigação e adaptação às interrupções da oferta ocasionadas por razões climáticas.

Sobre a contribuição do *comércio internacional à transformação para sistemas alimentares ambiental e socialmente mais sustentáveis*, a título de exemplo, segundo Kagohashi et al (2015), um aumento de 1% na abertura comercial reduziria o grau de extração/consumo de água entre 1,0% e 1,5%, em média. Esse resultado indica que o comércio internacional poderia promover o uso eficiente da água pela divulgação de tecnologias de economia de água e o princípio de vantagem comparativa. Além disso, quando se considera que um sistema alimentar sustentável é aquele que garante a segurança alimentar e nutricional das gerações atuais e futuras, o comércio internacional é um elemento-chave para avançar para uma abordagem de sustentabilidade nos sistemas alimentares, graças à sua eficiência e inclusão, inclusive de gênero.

5

A importância do comércio agroalimentar para a ALC

Na ALC a agricultura tem um papel estratégico no desenvolvimento sustentável de muitas de suas economias nacionais, além de ser um dos principais setores geradores de exportações e o setor econômico mais importante de muitos de seus países. Em 2019, a média de participação no produto interno bruto (PIB) total da agricultura primária foi de 4,7%, com variações que vão desde pouco mais de 2%, no Panamá, até mais de 15%, em países como a Nicarágua e o Haiti. No entanto, ao se levar em conta os efeitos multiplicadores da agricultura primária nos sistemas alimentares e no resto da economia, a participação poderia duplicar, como é o caso do México (Morris *et al*, 2020). Além disso, em muitos países, a agricultura é uma das fontes de emprego mais importantes, pois engloba mais de 25% do total de empregos da economia (Banco Mundial, s.d.).

Nesse contexto, destaca-se a importância da região no comércio internacional agroalimentar, por seu papel estratégico na segurança alimentar mundial. De fato, as exportações do setor agroalimentar da ALC representam cerca de 14%⁵ das exportações de produtos agroalimentares do mundo e um quarto das exportações totais da região. Além disso, a região inclui alguns dos principais países produtores e exportadores líquidos de alimentos, fornecedores fundamentais de “despesas” para o mundo, segundo o índice de exportações líquidas per capita de alimentos (Arias *et al*, 2020). Dentre os quais se destacam: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Paraguai e Uruguai. O aumento da produção e das exportações dos últimos anos converteu a região no maior exportador líquido de alimentos do mundo.

Nos últimos 20 anos, o superávit do comércio agroalimentar da região aumentou constantemente, passando de US\$35 bilhões, em 2000, para quase US\$138 bilhões, em 2019. As exportações agroalimentares totais aumentaram de US\$45 bilhões para US\$193 bilhões no mesmo período, enquanto as importações cresceram de US\$20 bilhões para US\$55 bilhões (FAO, 2020). O amplo superávit comercial é um indicador da importância do setor agroalimentar, em termos de receitas de divisas e também em termos de impacto no nível de emprego regional. As projeções dos organismos internacionais especializados sugerem que a região manterá um superávit quanto a diversos produtos básicos, com exportações líquidas de cereais, sementes oleaginosas, açúcar, café, aves de criação e carnes, por exemplo (FAO, 2020).

(5) Essa análise foi realizada pelo CAESPA, do IICA, com dados das Nações Unidas, COMTRADE.

Além disso, a ALC é um importante produtor de frutas e vegetais para o mundo: um terço das frutas e um quarto das hortaliças produzidas na ALC são exportadas⁶. Em poucos anos, a ALC se transformou em um agente de grande importância nos mercados mundiais de frutas e vegetais, com o que contribui para a segurança alimentar e nutricional.

Além das projeções anteriormente expostas, a ALC é uma região estrategicamente favorecida em termos de sua dotação de recursos de natureza biológica (CEPAL *et al*, 2019). Como percentagem do total dos recursos mundiais correspondentes, conta com 50% da biodiversidade conhecida, 22% da água fresca, 16% dos recursos de águas marinhas, 23% das florestas e 57% das florestas primárias. Recebe 29% das precipitações e tem 31% dos recursos de água doce do planeta. Além disso, a ALC é a região em desenvolvimento com maior proporção de terra disponível per capita apta para ser incorporada às atividades produtivas. Esses recursos se apresentam como uma grande oportunidade; todavia, também pressupõem responsabilidades de conservação e sustentabilidade substanciais.

Durante a pandemia, a região tem apresentado um desempenho positivo no comércio agroalimentar em relação ao total de mercadorias, localizando o setor como um dos principais motores para a recuperação econômica. Assim, em 2020, as exportações agroalimentares da ALC resistiram mais ao impacto gerado pela COVID-19 do que as exportações totais de mercadorias. Segundo dados para um conjunto de 17 países da região, em 2020, as exportações agroalimentares registraram um aumento de 2,7%, enquanto as exportações totais de mercadorias mostraram uma queda de 9,1% (Salazar *et al*, 2021). Em nove desses países, as exportações agroalimentares de 2020 cresceram em comparação a 2019, enquanto as exportações totais de mercadorias diminuíram. Nos demais países, as exportações agroalimentares caíram, mas muito menos do que o total de produtos.

Apesar desse panorama, a região não está isenta de desafios, presentes mesmo antes do surgimento da COVID-19, no início de 2020. 86% das exportações agroalimentares da ALC se concentram em poucos mercados⁷: os Estados Unidos representam 23%, seguidos pela Ásia Oriental, com 19%. Destaca-se o mercado da China, com uma participação de 13%, e a União Europeia, com uma participação de 18%. É essencial reconhecer que, se uma parcela elevada das receitas de exportação provém de um número muito reduzido de produtos agroalimentares básicos e de mercados, as economias ficam expostas ou vulneráveis a problemas nos países de destino das exportações ou às condições dos mercados mundiais dos produtos. A médio e a longo prazos, essas vulnerabilidades podem se traduzir em desequilíbrios macroeconômicos, o que também afeta o mercado de trabalho da região e seus fluxos migratórios.

(6) A análise foi realizada pelo CAESPA, do IICA, com dados da FAOSTAT, consultada em 19 de março de 2021

(7) Essa análise foi realizada pelo CAESPA, do IICA, com dados das Nações Unidas, COMTRADE

Além disso, as exportações de produtos agroalimentares da região estão concentradas em um número limitado de produtos; 51% do valor dessas exportações se concentram em 10 produtos, enquanto o mesmo número, em âmbito mundial, é de 29% (CEPAL *et al*, 2019).

Essa situação está ainda mais acentuada em alguns países, o que os torna vulneráveis às condições dos mercados internacionais. A título de exemplo, pode ser mencionado o caso do Brasil, onde a soja, o açúcar e a carne aviária compõem a metade das exportações agrícolas do país. Também se pode acrescentar o caso da Colômbia, onde as exportações de café e de bananas representam 66% do total (FAO, 2020).

Essa situação propõe grandes desafios para a região centrados na necessidade de diversificar as diretrizes de produção, inclusive a agroindústria e os destinos do comércio. Ao mesmo tempo, apresenta a oportunidade de aumentar sua presença nos mercados internacionais e contribuir para o suprimento de alimentos saudáveis, nutritivos, inócuos e produzidos sob uma gestão ambiental adequada para o mundo, em um contexto de recuperação pós-pandemia de COVID-19 e diante de um aumento da demanda mundial de produtos agroalimentares para o ano 2050, como consequência do crescimento da população, o aumento da urbanização, o aumento nas exigências por sanidade, inocuidade e qualidade, o crescimento das classes médias e a diversificação das dietas, entre outros

6

A ALC precisa fortalecer o multilateralismo e aproveitar melhor as oportunidades dos acordos comerciais e dos processos de integração regional

O comércio internacional da ALC é relevante como um gerador de divisas e empregos. Também é um fator indispensável para desenvolver o potencial da agricultura da região e para fortalecer sua contribuição para a segurança alimentar global e para a obtenção de sistemas alimentares inclusivos e sustentáveis.

Um sistema multilateral de comércio baseado em normas e ancorado na OMC oferece a não discriminação, a previsibilidade e a segurança necessárias para que a região possa desenvolver seu potencial produtivo e comercial. Os mercados mais abertos, transparentes e eficientes nivelam o campo de jogo entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (Arias, 2017). Além disso,

a existência de regras claras contribui para a transparência e a diminuição de incertezas, o que, por sua vez, permite consolidar ou restabelecer a confiança no comércio internacional como um meio para promover a segurança alimentar (Bianchi *et al*, 2017).

Apesar de sua relevância, a OMC está sob uma pressão significativa, e o entorno empresarial está mais incerto e volátil. Os confrontos comerciais, as novas tecnologias e a concorrência geopolítica têm debilitado significativamente a governança do comércio internacional nos últimos anos, o que foi agravado pelas tensões derivadas da pandemia. O comércio de produtos agrícolas não ficou isento dessas tensões; além disso, uma das arenas em que ocorre o embate entre os principais países do mundo é justamente no terreno agrícola, onde o aumento dos impostos aduaneiros e o aumento dos subsídios nos grandes países têm introduzido novos elementos de distorção.

Os problemas nas três funções da OMC (negociação de acordos comerciais, solução de disputas e monitoramento de políticas) vêm crescendo há algum tempo, o que tem limitado a sua capacidade para acompanhar os desafios do mutável panorama comercial, o papel dos países emergentes na economia global e a mudança tecnológica. A menos que os membros da OMC tomem medidas decisivas para reformá-la, seu papel crítico no comércio internacional se verá reduzido precisamente quando a recuperação da economia global requer mais, e não menos, cooperação de políticas (González, 2020). No campo agrícola, o fortalecimento da governança global é particularmente crítico para combater aumentos aduaneiros, potenciais barreiras não aduaneiras derivadas da introdução de requisitos sanitários mais restritivos e o aumento significativo das distorções na produção e na exportação.

Nessas condições, a busca por um sistema comercial mundial renovado é fundamental para apoiar o crescimento, o avanço tecnológico e a estabilidade mundial. A Décima Segunda Conferência Ministerial (CM12), a ser realizada em Genebra, Suíça, em novembro de 2021, oferecerá a oportunidade de reativar as negociações multilaterais a fim de alcançar novos e significativos resultados, especialmente na agricultura. A tarefa não é simples, demandando o estabelecimento de consensos altamente complexos, dado que representam os interesses, as particularidades e as sensibilidades de todos os países membros da organização. No entanto, nessa Conferência Ministerial será possível alcançar um marco geral para iniciar o processo de reforma e adotar programas de trabalho em temas significativos em que há consenso sobre a importância do tema, como é o caso das ajudas internas. Porém, é necessário trabalhar em uma aproximação mais precisa do conteúdo desse programa de trabalho.

Além disso, para aumentar seu comércio internacional agroalimentar, tanto extra como intrarregional, a ALC assinou mais de 140 ACP nas duas últimas décadas (CEPAL *et al*, 2019) e prosseguiu com os processos de integração comercial regional. Os ACP são instrumentos que se transformaram em uma estratégia fundamental de política comercial e servem para aumentar e diversificar as oportunidades de investimento em um país e ter acesso preferencial de exportações em produtos de valor agregado. Com a finalidade de melhorar seu aproveitamento,

os países da região poderiam implementar agendas complementares para superar desafios como: exclusão de produtos das preferências aduaneiras, falta de informação e conhecimento dos benefícios oferecidos por esses acordos, carência de programas efetivos de apoio ao exportador, fraquezas associadas ao volume ou à qualidade da oferta exportável, problemas de infraestrutura, transporte, logística e procedimentos aduaneiros, entre outros (CEPAL *et al*, 2019).

Por sua vez, para revigorar a integração econômica regional e para que esta se converta em um motor do crescimento econômico, é necessário avançar em termos de convergência entre as diferentes iniciativas. Além do âmbito aduaneiro, onde ocorreram alguns avanços, essa agenda deveria centrar suas ações nos padrões técnicos, sanitários e fitossanitários. Além disso, devem ser empenhados esforços para melhorar a infraestrutura regional e a cooperação em termos digitais (CEPAL, 2021).

O comércio gera crescimento econômico, mas seu impacto distributivo dentro dos países é heterogêneo. Por isso, as políticas que promovem a liberação comercial e a integração dos mercados precisam ser acompanhadas de medidas complementares para assegurar que os produtores e trabalhadores afetados adversamente por uma maior concorrência estejam cobertos por medidas de proteção social adequadas. Nos países em desenvolvimento, são necessárias políticas de apoio a “upgrading” e “upskilling” para assegurar que os atores de pequeno porte possam enfrentar os requisitos dos mercados internacionais e participar das cadeias agroalimentares globais de valor (Kalibata, 2020).

Diante desse cenário, é fundamental que a ALC atue em três níveis: o multilateral, o regional e o nacional.

- No **âmbito multilateral**, deve participar proativamente nos debates criados sobre a nova reforma do sistema multilateral de comércio, uma vez que é o lugar onde temas básicos para o futuro do comércio da região podem ser resolvidos, como: a) concluir as negociações sobre agricultura relacionadas ao acesso a mercados, à liberalização do comércio de produtos agrícolas e à redução das ajudas internas que distorcem o comércio; b) melhorar o monitoramento e a transparência das medidas comerciais; c) melhorar a clareza das notificações; e d) reforçar o mecanismo de solução de disputas. O avanço no acompanhamento desses temas de natureza multilateral permitirá potencializar a Agenda 2030 e ajudará a progredir nos desafios de desenvolvimento sustentável e na implementação dos ODS.
- No **âmbito regional**, é necessário empenhar esforços para reduzir os custos do comércio intrarregional e fortalecer a cooperação reguladora.
- No **âmbito nacional**, é necessário que os países da ALC tomem decisões quanto à adoção de políticas públicas direcionadas ao setor agroalimentar com uma perspectiva de longo prazo e que promovam o crescimento e o desenvolvimento do setor com base na competitividade, na inclusão e na modernização das atividades.

O resultado de implementar medidas nesses três níveis de ação impactará positivamente o desenvolvimento do setor e a segurança alimentar da ALC. No entanto, essas ações requerem recursos financeiros para que possam ser implementadas. Para isso, os países precisarão de uma maior coordenação institucional, uma reatribuição mais eficiente dos gastos públicos e um financiamento mais eficaz e inclusivo. Neste sentido, os mercados financeiros são um componente fundamental na construção de sistemas alimentares sustentáveis. No caso particular da transformação agrícola e rural, devem ser empenhados esforços adicionais para aumentar a penetração e a inclusão financeira nos países da região (CEPAL *et al*, 2019).

Reconhecidas as contribuições da região à segurança alimentar e nutricional, bem como à sustentabilidade dos sistemas alimentares no nível mundial, essas ações deveriam ser complementadas por esforços que assegurem um acesso fluido aos mercados de crédito internacionais em condições apropriadas. Os países desenvolvidos poderiam desempenhar um papel importante nesse sentido, ao considerar novamente a região e contribuir para a transformação desde a demanda, pelo oferecimento de créditos brandos ou não reembolsáveis.

7

Medidas de política comercial que contribuem para transformar os sistemas alimentares

A transformação dos sistemas alimentares da ALC dependerá do êxito das reformas propostas no âmbito das cinco vias de ação definidas para a Cúpula em apoio dos ODS. A seguir é apresentado um conjunto de medidas de políticas comerciais que podem ser promovidas pela ALC para transformar os sistemas alimentares nacionais, fortalecer o sistema alimentar global e contribuir para o cumprimento dos objetivos da Cúpula das Nações Unidas. Essas recomendações são propostas com base no princípio de que as políticas desenvolvidas com enfoque de mercado ajudam os agricultores a responder aos sinais do mercado e a tomar melhores decisões sobre o que, quando e quanto produzir, atendendo às necessidades de quantidade e de qualidade de alimentos e oferecendo os atributos demandados pelo consumidor final (Arias, 2017).



Com as ações propostas, busca-se aumentar a disponibilidade de alimentos saudáveis, nutritivos e acessíveis, visando contribuir para: garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos para todos (via de ação 1); facilitar a transição para alimentos nutritivos que demandem menos recursos para sua produção e transporte, como um meio para adotar modalidades de consumo sustentáveis (via de ação 2); otimizar o uso dos recursos ambientais na produção, no processamento e na distribuição de alimentos para promover uma produção favorável à natureza (via de ação 3); contribuir para a eliminação da pobreza, pela promoção do emprego pleno e produtivo, como uma forma de promover meios de vida equitativos (via de ação 4); e assegurar a funcionalidade ininterrupta de sistemas alimentares sustentáveis para criar resiliência frente a vulnerabilidades, comoções e tensões (via de ação 5).

- **Medidas que promovem a liberalização do comércio agroalimentar** como a redução de impostos aduaneiros de importação, a eliminação de picos aduaneiros, a simplificação dos direitos de importação em impostos aduaneiros ad valorem, a eliminação do escalonamento na estrutura aduaneira, o aumento dos contingentes aduaneiros e a redução do tarifas sobre o excedente das cotas, a diminuição significativa de subsídios e ajudas internas, a introdução de disciplinas sobre o uso de impostos e controles sobre as exportações, a flexibilização das normas de origem e a reversão do aumento das medidas restritivas do comércio ocorridas nos últimos anos. Essas medidas contribuem para facilitar o abastecimento e aumentam a disponibilidade e a diversidade de alimentos e dietas, a estabilização das quantidades e dos preços no mercado doméstico, além de gerar opções de negócios e empregos. O quadro 1 apresenta como essas ações também contribuem para cada uma das vias de ação propostas pela Cúpula.

■ QUADRO 1. CONTRIBUIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL ÀS VIAS DE AÇÃO PROPOSTAS PELA CÚPULA

VIAS DE AÇÃO AÇÕES/RESULTADO	1. GARANTIR O ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS E NUTRITIVOS PARA TODOS	2. ADOTAR MODALIDADES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS	3. PROMOVER UMA PRODUÇÃO FAVORÁVEL À NATUREZA	4. PROMOVER MEIOS DE VIDA EQUITATIVOS	5. CRIAR RESILIÊNCIA CONTRA VULNERABILIDADES, COMOÇÕES E TENSÕES
Facilita o abastecimento e aumenta a disponibilidade e a diversidade de alimentos e dietas	Contribui para alcançar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos, as quais se encontram geograficamente desequilibradas. Isso facilita o abastecimento e melhora a disponibilidade de alimentos.	Aumenta a variedade dos alimentos nutritivos disponíveis. Isso permite expandir a esfera de seleção dos consumidores e contribui para diversificar as dietas (OMC, 2011).	Melhora o acesso aos bens, serviços e tecnologias verdes necessários para reduzir a contaminação e o consumo de energia.	A eliminação de distorções nos mercados permite que esses sejam mais equitativos e competitivos.	Promove a atribuição eficiente dos recursos globais, o que contribui para sua conservação, bem como para a mitigação e adaptação das interrupções de oferta ocasionadas por eventos como a pandemia de COVID-19 ou os efeitos da mudança do clima.
Contribui para a estabilização das quantidades e preços no mercado doméstico	A utilização do comércio internacional para complementar a produção nacional pode contribuir para a estabilização das quantidades e dos preços no mercado doméstico (Díaz-Bonilla, 2015) e torná-los mais acessíveis.	Contribui para a diminuição dos preços, beneficiando os consumidores; ou seja, na ausência do comércio, os preços domésticos seriam mais altos.	Permite que o sistema de preços funcione como um atribuidor eficiente dos recursos.	Permite melhorar o acesso das populações mais vulneráveis aos alimentos, ao diminuir seu preço e volatilidade.	A estabilidade de preços é importante nas crises e comoções.
Gera opções de negócios e de empregos	Promove a eficiência produtiva, pela especialização, a exploração de economias de escala e a transferência de tecnologia. Isso gera novas oportunidades de exportação e permite aos produtores dispor de uma variedade mais ampla de insumos de maior qualidade e ao menor preço, o que estimula o aumento da receita dos produtores e dos diferentes atores do sistema (OMC, 2011).	Incrementa a diversidade da oferta exportável, o que melhora a disponibilidade de produtos inócuos e sustentáveis, não apenas nos mercados de exportação, mas também nos mercados locais.	Aumenta a possibilidade de geração de negócios e empregos “verdes” que contribuem para a sustentabilidade. O comércio reduz a pegada de carbono, ao incentivar a produção em países e zonas geográficas conforme sua abundância relativa de recursos naturais.	O crescimento e os níveis de receitas contribuem para erradicar a pobreza	Contribui para melhorar a estabilidade e permite que os sistemas alimentares sejam mais resilientes.

Nesse âmbito de ação, por sua relevância para o futuro do comércio internacional, a região deverá colocar ênfase especial em sua preparação e participação ativa na Décima Segunda Conferência Ministerial (CM12). Além disso, deverá empenhar esforços para reduzir os custos do comércio intrarregional e fortalecer a cooperação reguladora.

- **Ações que facilitem o comércio internacional de alimentos**, como a implementação adequada do Acordo sobre Facilitação do Comércio da OMC, a agilização no despacho de aduanas, a automatização e digitalização de processos e o intercâmbio de informações, entre outros procedimentos. Essas medidas podem melhorar os tempos de logística, a distribuição de alimentos e a transparência. O quadro 2 apresenta a forma como essas ações podem contribuir para cada uma das vias de ação propostas pela Cúpula.

■ QUADRO 2. CONTRIBUIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES QUE FACILITEM O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ALIMENTOS PARA AS VIAS DE AÇÃO PROPOSTAS PELA CÚPULA

VIAS DE AÇÃO / RESULTADO	MELHORIA NOS TEMPOS DE LOGÍSTICA, DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E TRANSPARÊNCIA
1. GARANTIR O ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS E NUTRITIVOS PARA TODOS	A redução nos tempos de trânsito e na passagem de fronteiras reduz os custos e melhora a disponibilidade e o acesso aos alimentos.
2. ADOPTAR MODALIDADES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS	A redução dos custos favorece a seleção de cestas de consumo mais nutritivas e acessíveis.
3. PROMOVER UMA PRODUÇÃO FAVORÁVEL À NATUREZA	Auxilia a uma melhor alocação dos recursos e à sustentabilidade.
4. PROMOVER MEIOS DE VIDA EQUITATIVOS	A simplificação dos procedimentos fronteiriços permite uma melhor atribuição dos escassos recursos e gera importantes ganhos de eficiência. Isso permite aos governos dedicar mais recursos a outros objetivos de desenvolvimento.
5. CRIAR RESILIÊNCIA CONTRA VULNERABILIDADES, COMOÇÕES E TENSÕES	Diminui as perdas de alimentos derivadas do trânsito prolongado em fronteiras e agiliza a distribuição de alimentos em momentos de instabilidades de oferta.

Fonte: Elaboração própria

Os países da região deveriam considerar a possibilidade de que algumas medidas implementadas em decorrência da pandemia sejam permanentes, como a aceitação de certificados fitossanitários eletrônicos e a menor realização de inspeções físicas (CEPAL, 2021). Além disso, essas ações deveriam ser complementadas com esforços público-privados para melhorar as capacidades da região em temas de transporte e logística.

- **Instrumentação de medidas sanitárias, fitossanitárias e de qualidade respaldadas cientificamente e harmonizadas internacionalmente**, como o desenvolvimento de capacidades para melhorar o aproveitamento, a implementação e a participação ativa em foros multilaterais — como o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) e o Acordo de Obstáculos Técnicos ao Comércio (OTC) da OMC, o Codex Alimentarius, a Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) e a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) — e regionais; beneficiar mecanismos regulatórios entre parceiros comerciais que facilitem o comércio sem comprometer o status sanitário ou fitossanitário, como acordos de equivalência ou reconhecimento mútuo; promover ações para que as estruturas normativas regionais e nacionais harmonizem suas normas com as regulamentações internacionais e que a implementação de suas normas estejam baseadas em princípios científicos; propiciar a eliminação de estruturas regulatórias diferenciadas para produtos direcionados aos mercados internacionais ou nacionais; e desenvolver ações (normativas, tecnológicas e institucionais) de prospecção e previsibilidade perante situações de emergência e emergentes. Essas medidas favorecem uma maior disponibilidade de produtos inócuos e melhoram a saúde animal e vegetal. No quadro 3 se apresenta a forma como essas ações contribuem para cada uma das vias de ação propostas pela Cúpula.

■ QUADRO 3. CONTRIBUIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO DE SANIDADE, INOCUIDADE, SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DOS ALIMENTOS ÀS VIAS DE AÇÃO PROPOSTAS PELA CÚPULA

VIAS DE AÇÃO / RESULTADO	MAIOR DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS INÓCUOS E MELHORIA DA SAÚDE ANIMAL E VEGETAL
1. GARANTIR O ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS E NUTRITIVOS PARA TODOS	Ao zelar pelas práticas de inocuidade e reduzir a prevalência de doenças e pragas que afetam a saúde animal e vegetal, a produtividade é melhorada e se favorece a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis.
2. ADOPTAR MODALIDADES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS	As práticas de qualidade e as medidas de sanidade e de inocuidade facilitam a tomada de decisões acertadas por parte dos consumidores.

<p>3. PROMOVER UMA PRODUÇÃO FAVORÁVEL À NATUREZA</p>	<p>O uso de boas práticas e de padrões promove a produção e a distribuição ambientalmente sustentáveis.</p>
<p>4. PROMOVER MEIOS DE VIDA EQUITATIVOS</p>	<p>A implementação de boas práticas agrícolas, de sanidade e de inocuidade dos alimentos aumenta a produtividade e as receitas, o que promove o bem-estar e a equidade no meio rural</p>
<p>5. CRIAR RESILIÊNCIA CONTRA VULNERABILIDADES, COMOÇÕES E TENSÃO</p>	<p>A implementação harmonizada de normas internacionais baseadas na ciência e no risco e medidas como a certificação fitossanitária eletrônica contribuem para a fluidez do comércio, o que favorece a disponibilidade e o acesso a alimentos em momentos de crise.</p>

Fonte: IICA, 2021.

Diante do acelerado surgimento de novas normas e padrões em termos de sanidade, inocuidade e qualidade, mostram-se fundamentais a harmonização permanente e o desenvolvimento de capacidades para uma adequada implementação das novas normas em suporte a todos os atores dos sistemas alimentares da ALC, em especial os que têm escalas de produção e de capital que limitam a sua possibilidade de reagir rapidamente às mudanças de normas induzidas pelo mercado. Também favorece a todos os consumidores e oferece confiança sobre a inocuidade dos produtos que consomem.

- **Promoção de uma política comercial em consonância com os objetivos ambientais.** Trata-se de incentivar o cumprimento de leis ambientais e de acordos multilaterais sobre o meio ambiente (AMUMAS), como o Acordo de Paris, o Protocolo de Montreal, o Convênio sobre a Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas no Combate à Desertificação (CNUCLD), entre outros. Além disso, as regras do Acordo de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC e o funcionamento do Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC devem ser fortalecidos, assim como se deve propiciar, no âmbito da OMC, uma estrutura reguladora de preferências para bens agroalimentares ambientalmente eficientes, diminuir os impostos aduaneiros dos bens ambientais, reduzir os desperdícios alimentícios, incorporar temas ambientais aos acordos regionais e bilaterais, harmonizar medidas ambientais sobre critérios objetivos e validados internacionalmente e promover a implementação de práticas sustentáveis, como a redução do desmatamento, da contaminação da água e da degradação do solo. O acesso a tecnologias limpas e a boas práticas agrícolas para promover os serviços ecossistêmicos pode facilitar o aproveitamento de nichos de mercados para produtos sustentáveis. No quadro 4 se apresenta a forma como essas ações contribuem para cada uma das vias de ação propostas pela Cúpula.

■ QUADRO 4. CONTRIBUIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DE SANIDADE, INOCUIDADE, SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DOS ALIMENTOS ÀS VIAS DE AÇÃO PROPOSTAS PELA CÚPULA

VIAS DE AÇÃO / RESULTADO	PROMOVEM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E O ACESSO A TECNOLOGIAS LIMPAS E A BENS ECOLÓGICOS	O APROVEITAMENTO DE NICHOS DE MERCADOS PARA PRODUTOS SUSTENTÁVEIS
1. GARANTIR O ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS E NUTRITIVOS PARA TODOS	Favorece a prestação de serviços ecossistêmicos, os quais geram receitas, regulam processos de ecossistemas e formam a base dos ciclos de nutrientes e matérias-primas.	Podem aumentar e estabilizar as receitas dos produtores, ao diversificar mercados.
2. ADOTAR MODALIDADES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS	Permite o consumo de produtos obtidos de maneira ecoeficiente.	O crescente interesse pelos produtos orgânicos, neutros em carbono e com desmatamento zero pode contribuir para a sustentabilidade.
3. PROMOVER UMA PRODUÇÃO FAVORÁVEL À NATUREZA	O cumprimento de leis ambientais e de acordos internacionais (AMUMAS), como o Acordo de Paris, o Protocolo de Kyoto, o Protocolo de Montreal, por exemplo, e a promoção de práticas sustentáveis, como a redução do desmatamento e da contaminação da água e do solo, contribuem para um sistema alimentar ambientalmente mais sustentável.	Produtos certificados como neutros em carbono podem contribuir para a resiliência dos sistemas alimentares e para a gestão sustentável dos recursos naturais.
4. PROMOVER MEIOS DE VIDA EQUITATIVOS	Uma produção mais ecoeficiente incentiva o emprego produtivo para todos os agentes da cadeia.	Permite gerar receitas para os produtores e aumentar os níveis de vida, ao aproveitar os nichos de mercado para produtos sustentáveis.
5. CRIAR RESILIÊNCIA CONTRA VULNERABILIDADES, COMOÇÕES E TENSÃO	Sistemas alimentares mais sustentáveis são mais resilientes perante eventos extremos e a variabilidade climática.	

Fonte: Elaboração própria

Os países da ALC deveriam continuar realizando esforços em três grandes vias. Por um lado, devem insistir na importância de gerar um regime de promoção de alimentos ambientalmente eficientes dentro da estrutura legal da OMC, da mesma forma que existe hoje o acordo sobre bens ambientais (Papendiek *et al*, 2017). No que diz respeito ao acordo de Obstáculos Técnicos ao Comércio (OTC), devem exigir que os padrões ambientais públicos se fundamentem na ciência, e não em um critério preventivo. Além disso, devem fortalecer o espaço de diálogo dentro do Comitê de Comércio e Meio Ambiente para alcançar uma harmonização global dos padrões privados, que hoje carecem de um enquadramento e, em muitos casos, não respondem a critérios objetivos. Isso evitaria a multiplicidade de padrões, hoje presente em todas as cadeias agroalimentares. Finalmente, os países devem melhorar a coordenação multissetorial (ambiente, agricultura, comércio, entre outros).

Um tema que não pode ser deixado de lado, quando se trata da transformação dos sistemas alimentares, é o da equidade de gênero. Embora, a relação entre comércio e gênero seja complexa e seus resultados sejam heterogêneos, estudos sugerem que há uma tendência positiva entre ambos. Existem várias ferramentas de políticas comerciais que podem contribuir para a igualdade de gênero. Entre elas se destacam a incorporação do tema ao sistema multilateral do comércio, a inclusão de disposições específicas nos acordos de comércio preferencial, bem como o desenvolvimento de ferramentas que estimulem o empreendimento das mulheres à exportação por parte dos organismos de promoção comercial (CEPAL, 2021).

Como marco geral dessas medidas, deve-se defender o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Nesse sentido, a Décima Segunda Conferência Ministerial da OMC deve se transformar em um ponto de inflexão, a fim de alcançar avanços concretos sobre as questões nevrálgicas que afetam o comércio agroalimentar.

Além disso, embora as ações vinculadas ao acesso a mercados sejam produto de negociações intergovernamentais, são as empresas que desenvolvem os processos de exportação. Por isso, espaços de diálogo público-privado devem ser incentivados, para assegurar a convergência dos interesses de ambos os atores e o cumprimento dos objetivos propostos.

Finalmente, deve-se reconhecer que a implementação das medidas anteriormente expostas, em termos de políticas comerciais, embora assentem as bases para que o comércio de produtos agroalimentares da região tenha um papel determinante na transformação dos sistemas alimentares, com frequência não são suficientes para facilitar o aproveitamento das oportunidades comerciais, especialmente por parte das empresas e de organizações de produtores de pequeno e médio porte.

Além das condições em termos de competitividade e produtividade que incidem sobre o posicionamento nos mercados internacionais, devem ser empenhados esforços adicionais para fortalecer as capacidades públicas e privadas, a fim de aproveitar ao máximo os acordos comerciais e os processos de integração. Recomenda-se especial atenção ao uso e ao fortalecimento dos serviços fornecidos pelas instâncias de promoção comercial, visando melhorar a diversificação de mercados e produtos por ações vinculadas à identificação de oportunidades

comerciais e ao fortalecimento das capacidades de exportação que as empresas e organizações de produtores devem ter. Além disso, é necessário zelar pelo cumprimento das normas e dos requisitos sanitários e fitossanitários e pela vinculação entre a oferta e a demanda, devendo-se incluir novas tecnologias e meios eletrônicos (IICA, 2020^b).

8

Conclusão

Dadas as suas condições, a ALC está posicionada para contribuir para a segurança alimentar regional e mundial, graças à produção de mais alimentos saudáveis e nutritivos e pela contribuição de soluções para a mitigação e a adaptação aos efeitos da mudança do clima.

O comércio internacional agroalimentar é um fator fundamental para a transformação para sistemas alimentares mais sustentáveis, equitativos e seguros. Portanto, constitui um elemento fundamental para alcançar os ODS e os objetivos da Cúpula sobre Sistemas Alimentares das Nações Unidas.

Nesse contexto, é fundamental promover a fluidez do comércio agroalimentar internacional e obter um melhor aproveitamento dos acordos comerciais internacionais e dos processos de integração regional. Para isso, é imprescindível fortalecer o sistema multilateral de comércio. A Décima Segunda Conferência Ministerial da OMC deve se moldar em um ponto de inflexão nesse sentido, de maneira que alcance avanços.

Os países e a região como um todo têm a sua disposição uma série de medidas de políticas comerciais que pode ajudar a expandir o comércio internacional de agroalimentos sustentáveis, a fim de converter o setor agroalimentar em um importante motor do crescimento econômico, de redução da pobreza, de segurança alimentar e nutricional e de sustentabilidade ambiental, tanto no âmbito regional como no global.

Embora o fortalecimento do sistema multilateral do comércio e a implementação de ações de políticas comerciais para promover a fluidez do comércio agroalimentar assentem as bases para que o comércio de produtos agroalimentares da região desempenhe um papel determinante na transformação dos sistemas alimentares, não se pode deixar de lado as ações vinculadas ao fortalecimento das capacidades públicas e privadas, a fim de aproveitar ao máximo os acordos comerciais e os processos de integração em benefício de todos os elos e atores do sistema alimentar.

9

Bibliografia

- **Arias, J.** 2017. Tendencias e innovaciones de políticas para la agricultura a la luz de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible (en línea). Washington DC, Estados Unidos, IICA. 113 p. . Consultado em 28 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/kz43Ze5>
- **Arias, J; Chavarría, H; Salazar, E.** 2020. Vulnerabilidad alimentaria ante el COVID-19 (en línea, blog). São José, Costa Rica. Consultado em 28 de abril de 2021. Disponível em <https://blog.iica.int/blog/vulnerabilidad-alimentaria-ante-covid-19>.
- **Banco Mundial.** s.f. World Development Indicators (WDI). (en línea). Consultado em 23 de março de 2021. Disponível em <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>
- **Bianchi, E; Cabrera, MC; Clegg, MT; Hodson, E; Vammen, K.** 2018. Oportunidades y desafíos para la investigación sobre la seguridad alimentaria y nutricional en las Américas: Análisis regional elaborado por IANAS a partir de evaluaciones nacionales (en línea). Cidade do México, IANAS. Consultado em 28 de abril de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/Pz48Uwa>.
- **Bianchi, E; Piñeiro, M.** 2017. A proposal for the elimination of export restrictions on food products (en línea). *In Agricultural trade interests and challenges at the WTO Ministerial*. Buenos Aires, Argentina, Bolsa de Cereales, Fundação INAI, GPS, IICA, ICTSD, IFPRI. Consultado em 28 de abril de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/Yz4848r>.
- **CEPAL** (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile). 2021. Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe: La integración regional es clave para la recuperación tras la crisis (en línea). Santiago, Chile. 182 p. Consultado em 28 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/lz44P7V>.
- **CEPAL** (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile); **FAO** (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália); **IICA** (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica). 2019. Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2019-2020 (en línea). São José, Costa Rica, IICA. 144 p. Consultado em 28 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/nz44g0J>.

- **Díaz-Bonilla, E.** 2015. Macroeconomics, agriculture and food Security: a guide to policy analysis in developing countries (en línea). Washington DC, Estados Unidos, IFPRI. 599 p. Consultado em 28 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/hz4494l>.
- **FAO** (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Italia). 2017. Reflexiones sobre el sistema alimentario y perspectivas para alcanzar su sostenibilidad en América Latina y el Caribe (en línea). Santiago, Chile. 15 p. Consultado 28 abr. 2021. Disponible en <http://www.fao.org/3/i7053s/i7053s.pdf>
- **FAO** (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália). 2020. El comercio agrícola en la región de América Latina y el Caribe: estados, desafíos y oportunidades (en línea). In Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Memoria. Roma, Italia. Consultado em 28 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/Rz47U26>.
- **González, A.** 2020. Confrontaciones comerciales, tecnologías disruptivas y rivalidad geoestratégica: la búsqueda de una gobernanza comercial global renovada en medio de cambios estructurales (en línea). Revista Académica Logo 1(1):3-9. Consultado em 28 de abril de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/ZxxZd2l>.
- **Hoekstra, A.** 2010. The relation between international trade and freshwater scarcity (en línea). WTO. Ginebra, Suíça. 26 p. Consultado em 28 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/wxcopdp>.
- **IICA** (Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura, Costa Rica). 2020a. El IICA en la Cumbre de los Sistemas Alimentarios de las Naciones Unidas de 2021. São José, Costa Rica.
- **IICA** (Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura, Costa Rica). 2020b. Promover la fluidez del comercio internacional y la integración regional como un medio para asegurar la seguridad alimentaria y nutricional y acelerar la recuperación de los países miembros del IICA. São José, Costa Rica.
- **IICA** (Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura, Costa Rica). 2021. The One Health Approach and Food System transformation: A contribution by the Interamerican Institute for Cooperation in Agriculture. São José, Costa Rica.
- **Kagohashi, K; Tsurumi, T; Managi, S.** 2015. The Effects of International Trade on Water Use (en línea). PLoS ONE 10(7):1-16. Consultado em 15 de abril de 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0132133>.
- **Kalibata, A.** 2020. The Role of International Trade in World Food Systems Transformation (en línea). In Agricultural Trade and Food System Transformation. Virtual WTO Agriculture Symposium. Consultado em 29 de abril de 2021. Disponível em https://www.wto.org/english/res_e/reser_e/s0_kalibata_e.pdf.

- **Martin, W; Laborde Debucquet, D.** 2018. The free flow of goods and food security and nutrition (en línea). In IFPRI (International Food Policy Research Institute). 2018 Global food policy report. Washington, DC, Estados Unidos. 20-29 p. Consultado em 29 de abril de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/1z45Tj4>.
- **Morris, M; Sebastián, AR; Perego, VME; Nash, JD; Díaz-Bonilla, E; Pineiro, V; Laborde, D; Chambers, TT; Prabhala, P; Arias, J; De Salvo, CP; Centurion, ME.** 2020. Panoramas alimentarios futuros: Reimaginando la agricultura en América Latina y el Caribe (en línea). Washington, DC, Estados Unidos, World Bank Group. 246 p. Consultado em 29 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/sxRJ57k>.
- **Nações Unidas.** 2015. Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf
- **National Geographic's Future of Food.** s.f. What the World Eats. Daily diet. Meat Consumption (base de datos). National Geographic Magazine. Disponível em <https://media.nationalgeographic.org/assets/richmedia/0/226/project/index.html>
- **OCDE** (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, França). 2021. Making Better Policies for Food Systems (en línea). Paris, França. 280 p. Consultado em 29 de julho de 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1787/ddfba4de-en>.
- **OMC** (Organização Mundial do Comércio, Suíça). 2011. Aprovechamiento del comercio para un desarrollo sostenible y una economía verde (en línea). Ginebra, Suíça. 20 p. ISBN 978-92-870-3808-1. Consultado em 29 de abril de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/Hz46wxp>.
- **Papendiek, S; Idígoras G.** 2017. The link between agricultural trade, climate change and food security. Tariff elimination for environmentally efficient agricultural goods (EEAG) (en línea). In Piñeiro, V; Piñeiro, M (eds.). Agricultural Trade Interests and Challenges at the WTO Ministerial Conference in Buenos Aires: A Southern Cone Perspective. São José, Costa Rica, IICA. Consultado em 29 de abril de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/Yz4848r>.
- **Piñeiro, M; Valles Galmés, G** (coords.) 2020. Geopolítica de los alimentos: Intereses, actores y posibles respuestas del Cono Sur (en línea). Buenos Aires, Argentina, Teseo. 392 p. Consultado em 29 de julho de 2021. Disponível em <https://cutt.ly/2z46Q1s>.
- **Salazar, E; Arias, J.** 2021. Las exportaciones agroalimentarias de América Latina y el Caribe crecen 2,7 % durante primer año de pandemia (en línea). São José, Costa Rica, IICA. Consultado em 29 de abril de 2021. Disponível em <https://blog.iica.int/blog/las-exportaciones-agroalimentarias-america-latina-caribe-crecen-27-durante-primer-ano-pandemia>.